

# NEWS

## TELECOMUNICANDO®

Newsletter de Telecoms&Media

### Índice

|   |   |
|---|---|
| Revisão 2006                                | 1 |
| Privacidade – Escândalo na DT               | 2 |
| Reino Unido – a Despedida de dois CEO       | 3 |
| Dividendo Digital – a Controvérsia Continua | 3 |
| Breves                                      | 4 |

Na sua análise do pacote de revisão do actual pacote regulatório do sector das comunicações electrónicas – conhecida como Revisão 2006 – o Parlamento Europeu (PE) dividiu as propostas legislativas da Comissão Europeia em três grandes partes: (i) proposta de criação da Autoridade Europeia das Comunicações Electrónicas (EECMA), (ii) melhor regulação e (iii) direitos dos cidadãos. Muitas alterações serão propostas e, só no pacote relativo à melhor regulação, o Comité de Indústria do PE recebeu mais de 600 propostas de alteração.

Um dos temas mais polémicos é, como seria de esperar, a criação da EECMA, um super-regulador com diversos poderes de intervenção junto das autoridades reguladoras nacionais. A sugestão que está em cima da mesa é a da substituição da EECMA pela BERT (Body of European Regulators), uma autoridade com uma lógica de funcionamento mais próxima do actual ERG (European Regulators Group), embora numa versão “mais musculada”. Por resolver permanece a questão do financiamento desta nova autoridade europeia – o Comité do Orçamento do PE já rejeitou a ideia de aquele financiamento vir do orçamento da UE, o qual de resto não apresenta disponibilidades para o período até 2013, fruto da recente decisão de financiamento do projecto de navegação satélite “Galileo”. Ao que parece, a proposta daquele Comité será a de que a nova autoridade seja financiada pelo orçamento...da Comissão.

Também envolto em controvérsia continua o novo “remédio” da separação funcional, outra das principais bandeiras da Comissão no pacote que aprovou em Novembro passado. A posição para já predominante é a de que a separação funcional é dissuasora do investimento e torna os operadores alternativos excessivamente dependentes dos incumbentes.

## REVISÃO 2006

### A primeira leitura do Parlamento Europeu

Além disso, o Comité das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos propõe que a Comissão estabeleça “sunset clauses”, fixando com clareza as datas em que toda a regulação será removida e em que o sector passará a estar exclusivamente sujeito às regras do direito da concorrência.

Igualmente alvo de intenso debate foram, como seria de esperar, as propostas da Comissão relativas à liberalização do espectro – o PE quer que os Estados membros detenham mais poder quanto à forma como o espectro de cada país deve ser alocado e discorda de diversos aspectos das propostas da Comissão.

A discussão não se avizinha assim fácil, face ao número de alterações propostas e à profundidade de algumas delas. A primeira leitura do PE deverá estar concluída em Setembro.

Margarida Couto,  
Fernando Resina  
da Silva, Magda  
Cocco, Catarina  
Mascarenhas,  
Sofia Mello e  
Faro, Inês Antas  
Barros, Leonor  
Vale de Castro,  
Tiago Bessa e  
Helena Mendonça,  
membros da ÁREA  
TELECOMUNICAÇÕES da  
Vieira de Almeida & Associados.



# PRIVACIDADE – ESCÂNDALO NA DT

Deutsche Telecom admitiu ter controlado ilegalmente milhares de chamadas

Índice

Num país muito zeloso em matéria de privacidade e protecção de dados pessoais – a memória do mau uso daquele tipo de dados pelo regime Nazi e pelo regime comunista da antiga Alemanha de Leste ainda não se apagou – a notícia caiu que nem uma bomba. A opinião pública alemã ficou de facto em “estado de choque” quando soube que o operador incumbente – ainda detido em cerca de 32% pelo Estado alemão – tinha tido acesso sub-reptício aos dados de tráfego relativos a milhares de chamadas efectuadas entre altos quadros da Deutsche Telekom (incluindo membros do Conselho de Administração) e diversos jornalistas. O objectivo, ao que se veio agora a saber, era o de descobrir quem, dentro da DT, estaria a ser a fonte de diversas fugas de informação que levaram a que informação sensível da empresa fosse frequentemente divulgada pela imprensa no conturbado período de 2005/2006, durante o qual o operador procedeu a despedimentos massivos.

O debate sobre a privacidade – que já estava acesso devido à transposição da polémica Directiva Europeia que obriga todos os operadores a conservar por um longo período uma enorme panóplia de dados de tráfego dos seus clientes – foi levado ao rubro e o caso poderá fazer várias vítimas, em função dos resultados da investigação criminal em curso.

Note-se que a Alemanha foi, até à data, o único país da União Europeia onde a lei que em transposição da referida Directiva, impõe a retenção de dados de tráfego de comunicações electrónicas pelo período mínimo de seis meses, está a ser atacada junto do Tribunal Constitucional, naquele que é já o maior caso de inconstitucionalidade na história judicial alemã, com a submissão de mais de 34.000 assinaturas em apoio da acção judicial. Os subscritores da acção alegam que aquela lei ofende os direitos humanos, por violar o direito à privacidade e, ao que se sabe, o Tribunal

Constitucional poderá vir a dar-lhes razão. Muitos observadores alegam agora que este escândalo da Deutsche Telekom, ao pôr a nu uma violação grosseira das regras da privacidade por um operador que tem o dever legal de as defender, poderá contribuir fortemente para dificultar a aplicação das regras relativas à retenção de dados de tráfego pelos operadores.

Perante a evidência dos factos relatados pelo “Der Spiegel”, o actual Conselho de Administração da DT, não teve outro remédio senão admitir as extensas “acções de espionagem” levadas a cabo pela empresa, no tempo em que o CEO era o polémico Kai-Uwe Ricke. Conduzidas sob os nomes de código “Clipper” e “Rheingold”, as acções envolveram o controle dos dados de tráfego relativos a muitos milhares de chamadas fixas e móveis, o qual foi efectuado com recurso à contratação de uma empresa externa. A DT alega que entregou toda a informação relevante sobre o caso aos órgãos de polícia criminal e que se compromete a colaborar com a justiça não apenas no apuramento de todas as responsabilidades, como na adopção de medidas que garantam que uma situação equivalente não possa voltar a repetir-se. O operador esclareceu no entanto que, contrariamente ao que chegou a ser ventilado por alguma imprensa, nunca foi obtido acesso ao conteúdo das conversas telefónicas em questão, mas “apenas” aos respectivos dados de tráfego (identidade do chamador e do chamado, data hora e duração da chamada, etc). Ou seja, não estamos perante um caso de escutas ilegais, mas antes perante um massivo acesso ilegal a dados pessoais de tráfego, qualificados pela lei alemã como dados sensíveis, e, por esse motivo, sujeitos a especiais medidas de protecção e de segurança.

O Governo alemão, que é o maior accionista da DT, também veio de imediato a terreiro, demarcando-se dos factos ocorridos, os quais

*O jornal “Der Spiegel” revelou que a DT acedeu indevidamente a dados de tráfego para descobrir a fonte de fugas de informação para a imprensa, lançando o operador num escândalo sem precedentes*

qualificou como “uma séria quebra de confiança que tem de ser esclarecida, doa a quem doer”.

Quem também se demarcou do sucedido foi o actual CEO da DT, René Obermann, que era, ao tempo dos factos, o Presidente da operadora móvel do grupo (a T-Mobile), mas que foi também quem entregou o caso nas mãos dos investigadores públicos. Em declarações oficiais, Oberman explicou que a decisão de levar a cabo a “acção de espionagem”, foi do departamento de segurança da DT, o qual entretanto foi dissolvido.

Como seria de esperar, as vozes de protesto dos jornalistas – sobretudo daqueles que souberam agora ter tido as suas chamadas ilegalmente investigadas – não se fizeram esperar. Para além das questões relativas à violação da sua privacidade, os jornalistas alegam estar em causa a própria liberdade de imprensa e pedem ao Estado alemão que intervenha com “mão de ferro”.

Como sempre sucede em casos de violação das regras da privacidade por empresas de elevada reputação, este escândalo poderá ter um efeito devastador na confiança dos clientes – diversos inquiridos de rua divulgados pela imprensa demonstraram que os clientes da DT se sentem inseguros quanto à forma como os seus dados pessoais poderão ser utilizados e que são favoráveis à aplicação de graves penalidades não apenas aos responsáveis da empresa que ordenaram a acção, mas também à própria empresa, por não ter tomado medidas que tornassem impossível a ocorrência de uma acção destas.



# REINO UNIDO – A DESPEDIDA DE DOIS CEO

Ben Verwaayen da BT e Arun Sarin da Vodafone saem inesperadamente

Índice

No espaço de apenas um mês, dois pesos pesados do mercado das comunicações electrónicas britânico anunciaram a sua saída: Ben Verwaayen deixa a British Telecom e Arun Sarin sai da Vodafone. Nenhum deles é britânico e ambos contribuíram para mudar a face do mercado de telecomunicações britânico, deixando uma importante herança num sector em mutação.

O holandês Verwaayen tomou conta da BT em 2002, quando a empresa vivia momentos difíceis – privada de operador móvel (vendido para fazer face à dívida), com o mercado ameaçado pela entrada de operadores alternativos e com uma regulação hostil, coube ao novo CEO

redefinir a estratégia da empresa e devolver-lhe a saúde financeira.

Já o americano de origem indiana Arun Sarin herdou uma empresa que, sob a batuta do anterior CEO (o também emblemático Chris Gent), passara de uma pequena *star-up* britânica, para um líder mundial da indústria móvel (o maior operador móvel em termos de receita). Mas, se Chris Gent deixou uma empresa com quase 120 milhões de clientes, Sarin levou a Vodafone aos 260 milhões cliente. A tónica do seu mandato foi o abandono de uma estratégia unicamente móvel (começando a incursão da Vodafone nos mercados da Internet e dos conteúdos móveis) e o início de uma

**Os emblemáticos CEO, agora de saída, deixam uma importante marca no mercado das telecomunicações britânico**

expansão para mercados emergentes, como a Índia, a Turquia, a China e a Europa de Leste. Não é assim de estranhar que os sucessores de Ben Verwaayen e de Arun Sarin – respectivamente o escocês Ian Livingston e o italiano Vittorio Colao – tenham já anunciado que irão dar continuidade à estratégia dos seus antecessores.

# DIVIDENDO DIGITAL – A CONTROVÉRSIA CONTINUA

O que fazer com o espectro libertado com o *switch-off* da TV analógica?

Índice

À medida que o debate sobre o dividendo digital progride na Europa e nos EUA, o antagonismo entre operadores móveis e *broadcasters* agudiza-se. O dividendo digital é o espectro que será libertado com o *switch-off* da televisão analógica e consequente migração para a Televisão Digital Terrestre (TDT). Com efeito, a TDT pode ser (dependendo do sistema de compressão usado), 4 a 6 vezes mais eficiente do que a TV analógica (ou seja, poderão ser emitidos 4 a 6 canais no “espaço” hoje ocupado por 1 canal), o que significa que o fim da televisão analógica permitirá libertar uma enorme quantidade de espectro (mais de 300MHz). Trata-se de uma libertação de espectro sem precedentes na Europa – o espectro do dividendo digital deverá exceder o espectro actualmente disponível para os sistemas móveis GSM na maior parte dos países europeus. Sucede ainda que uma boa parte desse espectro se situa na banda UHF (baixa frequência), a qual

oferece excelentes condições de propagação do sinal, permitindo um equilíbrio óptimo entre capacidade de transmissão e cobertura, ou seja, uma cobertura mais ampla com menos investimento em infra-estruturas.

Por se tratar de um espectro especialmente valioso, as frequências em causa são também extremamente cobiçadas – os operadores móveis vêm-nas como ideais para o desenvolvimento de comunicações móveis multimédia, em especial da Mobile TV; os *broadcasters* consideram que o dividendo digital deveria ser integralmente reservado para a radiodifusão televisiva digital, nomeadamente para a emissão de mais canais digitais e de canais em alta definição.

A proposta da Comissão Europeia nesta matéria procura ser salomónica, prevendo três utilizações para o dividendo digital, em três “sub-bandas” distintas: (i) comunicações de banda larga sem fios (fixa e móvel), com vista a eliminar a “divagem

digital” nas zonas remotas e rurais, (ii) serviços adicionais de televisão terrestre, para que os *broadcasters* possam obter um “quinhão equitativo” do dividendo digital, em troca dos seus esforços de investimento na passagem para o digital e, claro está, (iii) Mobile TV.

A indústria de *broadcasting* já deu porém mostras de que não tenciona dar tréguas nesta batalha e de que tudo fará para que as únicas frequências aptas à emissão de televisão não vão parar às mãos dos operadores móveis. E insurge-se contra a criação de sub-bandas, alegando que a partilha da banda UHF só funciona se forem estabelecidas bandas de guarda, o que resulta em desperdício de espectro. Os operadores móveis, por sua vez, têm do seu lado a Comissão, apostada em garantir que a Europa usufrua rapidamente de serviços de Mobile TV e de banda larga móvel de alto débito.

Embora os ventos pareçam mais favoráveis à indústria móvel, nada está ainda decidido.



## Banda larga a crescer

De acordo com dados recentemente divulgados, o número de subscritores de banda larga aumentou cerca de 20% num ano, tendo atingido os 235 milhões em Dezembro de 2007. O país da OCDE com maior taxa de penetração é a Dinamarca, onde 35% da população tem um acesso em banda larga. No entanto, só 8% dos acessos em banda larga na OCDE são suportados em fibra óptica, contra cerca de 33% no Japão e na Coreia do Sul.

## Regulamento do *roaming*

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública para avaliar a eficácia do Regulamento que limitou as tarifas grossistas e retalhistas das chamadas em *roaming*. O grande foco é agora o preço dos SMS e dos serviços de dados em *roaming*: depois de diversas ameaças de nova intervenção da Comissão se aqueles preços não fossem reduzidos voluntariamente, a recomendação que o ERG fez à Comissão é no sentido de ser imposto um limite ao preço dos SMS enviados e recebidos em *roaming*. Viviane Reding já disse que aquele preço deverá situar-se, em média, nos 12 cêntimos, em vez dos actuais 29 cêntimos. Também provável é a fixação de um “cap” às tarifas grossistas de transmissão de dados.

## ePrivacidade

A Google continua debaixo de fogo por questões relacionadas com a protecção da privacidade e dos dados pessoais dos internautas. Desta vez é acusada por um vasto conjunto de entidades – entre as quais o World Privacy Forum – de violar a Lei de Protecção de Dados Pessoais da Califórnia, por não incluir, na sua *homepage*, um *link* para a política de privacidade da empresa.

## Segmentação geográfica

O ERG aprovou o projecto de uma posição comum sobre os aspectos geográficos da análise de mercado, o qual será submetido a consulta pública. De acordo com o Presidente do ERG, esta posição comum pretende representar um sinal claro de que o ERG apoia a segmentação geográfica como um passo na direcção da supressão da regulação nas áreas onde já existe concorrência efectiva.

## Calendário da Revisão 2006

Em processo de “primeira leitura” pelo Parlamento Europeu (PE) – a qual deverá estar concluída no início de Setembro – o pacote legislativo relativo à Revisão 2006 deverá ser objecto de uma posição comum pelo Conselho em Novembro. A “segunda leitura” do PE deverá ser iniciada nos primeiros meses de 2009, esperando-se a adopção do pacote pelo Conselho antes do Verão do próximo ano.

## Magyar Telekom persegue ex-CEO

A Magyar Telekom anunciou que tenciona apresentar uma queixa contra o anterior CEO da empresa, Elek Staub, em virtude de este ser alegadamente responsável por aquele operador ter celebrado, entre 2004 e 2006, uma série de contratos ilegais que poderão forçar a empresa a deixar de ser cotada na bolsa de Nova Iorque. A Magyar Telekom está sob investigação da FCC e poderá ainda ser condenada a pagar uma pesada multa.

## Nokia & France Telecom

Concorrentes no mercado do entretenimento na indústria móvel, a Nokia e a France Telecom irão celebrar uma parceria estratégica a 3 anos, com vista a unir esforços para “levar a Internet móvel a um outro patamar”. Ao abrigo daquela parceria, serão fornecidos aos clientes da Orange (o operador móvel da FT) diversos conteúdos de música, video-jogos e ainda serviços de busca baseados na localização do utilizador.

## Pay TV cresce... mas pouco

De acordo com um recente Relatório da Analysys Mason, o mercado da televisão por subscrição é já um mercado maduro na Europa Ocidental, devendo crescer a uma taxa de cerca de 3% ao ano, de cerca de 90,6 milhões em 2007 para pouco mais de 109 milhões em 2013. A televisão por cabo continuará, naquele período, a ser a plataforma dominante, embora perdendo cerca de 10% de quota de mercado. Já o DTH, com uma quota estimada de 29% em 2013, representará mais de 50% da receita de Pay-TV, enquanto que a IPTV, embora aumentando a sua quota de 6% para 15%, não deverá representar mais de 8% da receita de Pay-TV em 2013.